

Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# **SUMÁRIO**

1.	OBJETO DA LICITAÇÃO:	2
2.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:	2
3.	APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	4
4.	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:	5
5.	FASE DE JULGAMENTO:	7
6.	HABILITAÇÃO:	9
7.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	
8.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	10
9.	IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:	
10.	. RECURSOS:	11
11.		
12.	. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	14
13.		
Ane	exo I	16
Ane	exo II	19
Ane	exo III	23
MIN	INUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO nº XXX/2024	23
CLÁ	ÁUSULA PR <mark>IMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO</mark>	23
CLÁ	ÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO	23
CLÁ	ÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZ <mark>O</mark>	24
CLÁ	ÁUSULA QUARTA- DO PREÇO	24
	ÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO	
CLÁ	ÁUSULA SÉTIMA– DO REEQUILÍBR <mark>IO E REAJUSTE DO</mark> S PREÇOS <mark>CONTRAT</mark> ADOS:	25
Ane	exo IV	31
МО	ODELO PROPOSTA FINANCEIRA	31

Página 1 de 31



# **SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 002/2024**

Processo nº: 495/2024.

Modo de Disputa: ABERTO/FECHADO.

Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Orçamento Sigiloso: NÃO.

Data e Hora:19/03/2024 às 08:00 horas.

Site: https://bll.org.br/ - Bolsa de Licitações do Brasil.

Torna-se público que o município de Riozinho/RS, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

# 1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

- 1.1. O objeto da presente licitação é serviços de hora máquina, conforme Convênio FPE nº 3730/2023, tudo de acordo com o Termo de Referência, o qual consta em anexo do presente edital.
- 1.2. O presente edital seguirá o rito pr<mark>oced</mark>imental comum, previsto no artigo 17 da lei 14.133/2021.
- 1.3. A licitação será realizada pelo menor preço por item.

#### 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as exigências do presente edital e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <a href="https://bll.org.br/">https://bll.org.br/</a> Bolsa de Licitações do Brasil.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.4. Não poderão participar da presente licitação:
- 2.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

Página 2 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 2.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 2.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 2.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 2.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15 de</u> <u>dezembro de 1976</u>, concorrendo entre si.
- 2.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.5. O impedimento de que trata o item 2.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Página 3 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 2.6. O autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.4.2 e 2.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

# 3. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 3.1. A proposta deverá ser apresentada até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.
- 3.2. Os documentos de habilitação exigidos no edital deverão ser anexados até duas horas após fase de lances, juntamente com a sua proposta atualizada.
- 3.3. O envio da proposta nos termos do disposto no **item 3.1** ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 3.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a propost<mark>a anteriormente inse</mark>ridos no sistema, até a abertura da sessão <mark>pública</mark>.
- 3.5. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional, com apenas duas casas decimais;
- II. Marca, modelo, fabricante e validade de cada item ofertado (conforme o caso);
- III. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 3.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- 3.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Página 4 de 31





Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 3.8. O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico, devendo ser declarado no sistema.
- 3.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.10. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá enviar juntamente, em campo próprio do sistema eletrônico, a *Declaração Unificada* (*Anexo I*).
- 3.11. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:

- 4.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 4.2. É facultado ao pregoeiro analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.
- 4.3. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.
- 4.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.
- 4.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 4.6. Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

Página 5 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 4.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.9. Caso seja utilizado o modo de disputa **ABERTO/FECHADO**, será definido o prazo de disputa de 15 (quinze) minutos por item, acrescidos de 10 (dez) minutos randômicos.
- 4.9.1. Transcorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 4.10. Encerrado o prazo de que trata o item 4.9.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores aquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.10.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 4.10, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 4.10.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.11. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.
- 4.12. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.14. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I. empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da <u>Lei nº 12.187, de 29 de</u> <u>dezembro de 2009.</u>
- 4.15. As regras de desempate previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Página 6 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

#### 5. FASE DE JULGAMENTO:

- 5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, através do site https://certidoes.cgu.gov.br/.
- 5.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 5.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.3 e 3.10, inciso I deste edital.
- 5.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 5.5. Serão desclassificadas as propostas que:
- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentarem preços inexequíveis;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apre<mark>sentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital,</mark> desde que insanável.
- 5.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 5.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do item 5.5.
- 5.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 5.8, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Página 7 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 5.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Página 8 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# 6. HABILITAÇÃO:

- 6.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação em arquivo único no sistema, dos seguintes documentos:
- I. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão semelhante, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
- II. Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou CPF (cadastro de Pessoas Físicas);
- III. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- IV. Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente a Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;
- V. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
- VI. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
- VII. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- VIII. Certidão negativa em Matéria falimentar, concordatária e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- IX. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na aplicação da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011;
- X. Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento semelhante, para as empresas que usufruíram dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- XI. Na condição de fabricante apresentar o registro dos produtos no Ministério da Agricultura.
- 6.2. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou por cópia, preferencialmente assinados de forma eletrônica, quando necessários.
- 6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Página 9 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 6.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências pa<mark>ra habilitação, o</mark> pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

# 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. A presente licitação onerará a dotação orçamentária da(s) Secretaria(s) requisitantes, constante no Termo de Referência, o qual faz parte integrante do presente Edital.

# 8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

As condições de pagamento constam no Termo de Referência e/ou na Minuta Contratual.

# 9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site <a href="https://bll.org.br/">https://bll.org.br/</a> Bolsa de Licitações do Brasil.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Página 10 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 9.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 10. RECURSOS:

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 10.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 10.2, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

Página **11** de **31** 



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 11.1.6. Fraudar a licitação.
- 11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração.

Página 12 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que

Página 13 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, o qual ficará responsável pela adjudicação e homologação do objeto do certame.

# 13. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Página 14 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no site https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site oficial do município, https://www.pmriozinho.rs.gov.br/.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- Modelo Declaração Unificada;
- II. Termo de Referência;
- III. Minuta de Contrato;
- IV. Modelo Proposta;

Riozinho, 05 de março de 2024.

ALCEU MARCOS PRETTO
Prefeito Municipal

Este Edital se enco	ntra exa	minado	o е
aprovado pela Asse	essoria J	urídica	do
Município, Em	/	1	

César Luís Baumgratz - OAB/RS 22.147

OZINY

Página **15** de **31** 



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# Anexo I MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

# Á pregoeira e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Riozinho, Estado do Rio Grande do Sul. PREGÃO ELETRÔNICO № 002/2024 Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_ CNPJ nº \_, com sede na \_\_ através de seu representante legal infra-assinado, que: ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. \*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, c/c pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999. 2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato,

em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

Página 16 de 31



qualificação exigidas nesta licitação;



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- 4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;
- 5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;
- 6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 7) Declaramos, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que seus sócios, dirigentes ou cotistas, b <mark>em como seu repre</mark> sentante neste ato
, inscrito no CPF sob nº,
portador(a) da carteira de identidade nº, não são servidores do
Município de Riozinho/RS, nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou
colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo
em comissão ou função de confianç <mark>a, seja membro da comissão de licitação, preg</mark> oeiro ou
atividade ligada à contratação;

- 9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

Página **17** de **31** 



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: () Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de 12) alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos. 13) Nomeamos e constituímos o senhor (a) portador(a) do CPF sob n.º \_\_\_\_\_\_, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico № 001/2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato. 14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente. Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

Página 18 de 31





Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# Anexo II TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - Objeto:

**1.1** O presente Termo de Referência tem por objeto a Serviços de hora máquina, de escavadeira hidráulica, sobre esteiras com no mínimo 12t, com operador e transporte, referente ao convênio FPE nº 3730/2023.

#### 2 - Quantidade:

Item	tem Quant. Unid.		Descrição dos Produtos	
	A		Serviços de hora máquina, de escavadeira hidráulica, sobre	
1	53	Horas	esteiras com no mínimo 12t, com operador e transporte.	

#### 3- Vigência do contrato:

3.1 - 4 (quatro) meses, podendo ocorrer a prorrogação em acordo com os limites da Lei nº 14.133/2021.

#### 4- Fundamentação/Justificativa da necessidade da contratação:

**4.1** Os serviços de hora máquina para recuperação do solo irá trazer benefícios aos agricultores atingidos pelos fenômenos climáticos ocorridos no mês de junho de 2023, decorrente de um ciclone extratropical, conforme Decreto Municipal 021/2023 de 19/06/2023. Através do convênio FPE nº 3730/2023, Programa de Recuperação da Fertilidade do Solo, cinquenta e cinco famílias que exercem atividades agrícolas ligadas a produção de milho, aipim, batata-doce, olericultura, fruticultura, silvicultura, bovinocultura e demais atividades, que possuem grande relevância econômica na produção agropecuária e agrícola do município de Riozinho, serão beneficiadas. O Programa de Recuperação da Fertilidade do Solo, irá minimizar os prejuízos das famílias atingidas proporcionando condições para restaurar a estrutura física e química do solo, além da necessidade do uso de escavadeira hidráulica em locais onde houve erosão, desmoronamentos, voçorocas, assim como a recuperação de áreas que foram alagadas, as quais, tiveram lixiviação dos nutrientes e se encontram com grande volume de pedras, as quais precisam ser retiradas para reestruturar os perfis produtivos do solo. Tais ações serão de grande importância ambiental, social e econômica às famílias, sendo a atividade agrícola a principal fonte de renda e a produção destinada a subsistência, mercado local, mercados institucionais e mercados regionais.

Página **19** de **31** 



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

#### 5- Elementos prévios:

**5.1** Contratação de serviços de hora máquina para recuperação do solo, de escavadeira hidráulica, sobre esteiras com no mínimo 12t, com operador e transporte, referente ao convênio FPE nº 3730/2023.

#### 6- Descrição da Solução como um todo:

**6.1** Restabelecer a estrutura física e química do solo, promovendo autonomia aos agricultores familiares, aumentando a produtividade e gerando renda.

#### 7- Requisitos da Aquisição:

- **7.1** Os serviços têm natureza comum tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- **7.2** Prestação de serviços de hora máquina, escavadeira hidráulica, sobre esteiras com no mínimo 12t, operador e transporte por conta da empresa contratada.
- **7.3** Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a serem exigidos a título de habilitação.
- 7.4 Fica vedada a subcontratação.

## 8- Execução do objeto:

**8.1** A execução do serviço ocorrerá nas localidades abaixo listadas, de acordo com a necessidade da propriedade e acompanhamento técnico da Emater/RS:

Quant. Horas Máquina	Localidade	
4 Horas	JORDECI MARIO LUDVIG - Estrada João Carlota, nº 76 — Baixa Grande, Riozinho/RS 95695-000	
6 Horas	ELIAS TIAGO PRETTO - Estrada João Carlota, nº 495 — Baixa Grande, Riozinho/RS 95695-000	

Página 20 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

12 Horas	oras RICARDO HECKENBICK SILVA - Estrada Arroio do Tigre, nº 3500 − Arroio do Tigre Riozinho/RS 95695-	
6 Horas RODRIGO FERREIRA - Estrada Chuvisqueiro, nº 4600 – Chuvisqueiro, Riozinho/RS 95695-000		
2 Horas HARHOLD RENATO SCHEFFLER - Estrada Riozinho, S/N – RS 239, Riozinho/RS 95695-000		
15 Horas WILLIAM KOCH - Linha Mascarada, nº 2650 – Mascarada, Riozinho/RS 95695-000		
4 Horas ALIPIO DA SILVA - Linha Santa Bárbara, nº 4611 – Barro Branco, Riozinho/RS 95695-000		
4 horas	FRANCISCO MIGUEL VALANDRO - Estrada Novo Palmito, S/N – Novo Palmito, Riozinho/RS 95695-000	

# 9- Gestão do contrato:

- **9.1** A Gestão do contrato fica a critério do Secretário Municipal de Agricultura, Guilherme Augusto Wilborn, portador do CPF nº 021.\*\*\*.\*\*\*-98.
- **9.2** O Fiscalizador indicado deverá ser a Sra. Veridiane Ribeiro Coelho, portadora do CPF nº 019.\*\*\*.\*\*\*-55.
- 10- Cronologia e condições de pagamento:
- **10.1** O pagamento será realizado até 15 dias após a prestação dos serviços, apresentação de documento fiscal e conferência, mediante transferência bancária.
- 11- Forma e critérios de seleção:
- 11.1 O critério de julgamento para escolha do fornecedor deverá ser o menor preço por item, modalidade Pregão eletrônico, nos termos da Lei Federal 14.133/21.
- 12 Valor referência:
- 12.1 Média dos valores constantes na pesquisa de preço realizada no Plano de Trabalho:

Item	Quant.	Descrição do Serviço	Média dos Valores Unitários	Valor total
1	53 Horas	Contratação de prestação de serviços de hora máquina, escavadeira hidráulica, sobre esteiras, com mínimo 12t e operador.	R\$ 320,00	R\$ 16.960,00
	Total: R\$ 16.960,00			

## 13- Previsão orçamentária:

Despesa:	831
Órgão:	08 <mark>SECRETARIA MUNICIPAL DE</mark> AGRICULTURA
Unidade:	02 SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA-VINCULADO
Função	20 Agricultura
Subfunção:	606 Extensão Rural
Programa:	0075 Assistência Financeira e Material aos Pe

Página 21 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# 14- Especificação dos produtos e/ou serviços:

**14.1** Prestação de serviços de hora máquina, escavadeira hidráulica, sob esteiras com no mínimo 12t, operador e transporte por conta da empresa contratada.

### 15- Prazo de entrega dos produtos:

**15.1** O prazo para execução do serviço de hora máquina será de 120 (cento e vinte dias), os serviços serão realizados no período entre às 7h00 e 19h00 ou em outro horário desde que haja comum acordo entre contratante a contatado.

# 15- Servidor responsável (fiscal):

**16.1** Veridiane Ribeiro Coelho, servidora Emater, portadora do CPF nº 019.\*\*\*.\*\*\*-55.

Riozinho, 04 de março de 2024.

Guilherme Augusto Wilborn Secretário Municipal de Agricultura

10 ABRIL DE 1988

Página 22 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# Anexo III MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO nº XXX/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE RIOZINHO/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Prefeitura Municipalde Riozinho/RS à Av. Guerino Pandolfo, 580, inscrita no CNPJ sob o nº 92.401.553/0001-74, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. ALCEU MARCOS PRETTO, inscrito no CPF nº 436.\*\*\*.\*\*\*-34, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Riozinho, RS, denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ......., inscrita no CNPJ nº ......., estabelecida na Rua ......, n° ...., Bairro ....., no município de ...../RS, CEP: ....... Neste ato representado por seu representante legal o Sr. ......, inscrito no CPF nº ......, a seguir denominado simplesmente CONTRATADA, nas seguintes cláusulas e condições:

# CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

**1.1** O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do <u>Pregão Eletrônico nº 002/2024</u> e na proposta vencedora, datada do dia ........., e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da <u>Lei Federal nº 14.133/2021.</u>

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

**2.1** O presente contrato tem por objeto a serviços de hora máquina, escavadeira hidráulica, sob esteiras com no mínimo 12t, operador e transporte por conta da empresa contratada, referente ao convênio FPE nº 3730/2023, conforme condições e descrições constantes no Termo de Referência que faz parte integrante do Pregão Eletrônico n° 002/2024. Segue abaixo, descrição dos itens:

Item	Quant.	Descrição do Serviço
1	53 Horas	Contratação de prestação de serviços de hora máquina,
		escavadeira hidráulica, sobre esteiras, com mínimo 12t e
		operador.

**2.2** Os serviços serão prestados conforme pedido realizado pela contratante, nos endereços que serão indicados e no empenho e que estão especificados no Termo de Referência. O pedido será

Página 23 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

formalizado por e-mail, através da Nota de Empenho, para que fique registrado na ocasião da solicitação.

- **2.3** Vinculam esta aquisição, independentemente de transcrição:
  - 2.3.1 O Termo de Referência.
  - 2.3.2 O Edital da Licitação.
  - 2.3.3 A Proposta do contratado.
  - 2.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

**3.1** O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, podendo ocorrer a prorrogação em acordo com os limites da Lei nº 14.133/2021.

# CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

**4.1** Como contraprestação pelos serviços obj<mark>eto do presente contrato, o MUNI</mark>CÍPIO comprometese a pagar:

**4.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

**5.1.** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, relatório das horas máquinas realizadas, o mesmo será realizado via transferência bancária. A conferência da nota fiscal e recebimento do objeto ora contratado ficarão a cargo do Fiscal do Contrato, o qual deverá dar o ateste dos serviços.

Página 24 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

#### CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

**6.1** As despesas da contratação para fornecimento de Larvicida, correrão por conta da seguinte dotação abaixo e o mesmo terá previsão orçamentária e financeira para o próximo exercício:

Despesa:	831
Órgão::	08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade	02 SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA-VINCULADO
Função:	20 Agricultura
Subfunção	606 Extensão Rural
Programa:	0075 Assistência Financeira e Material aos Pe
Projeto / Atividade:	7002 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA FERTILIDADE DO SOLO
Categoria:	3.3.3.9.0.39.0.0.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Recurso STN:	701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos
Recurso CO:	0 Não se aplica
Recurso:	9011 PROGRAMA DE RECUP <mark>ERAÇÃO DA</mark> FERTILIDADE DO SOLO -

# CLÁUSULA SÉTIMA- DO REEQUILÍBRIO E REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS:

- **7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 04/03/2024.
- **7.2** Após o interregno de um ano, e independ<mark>ent</mark>emente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, da média do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **7.5** Na ausência de previs**ão legal quanto ao índice substituto, as partes el**eger**ão** novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **7.6** Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

Página 25 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- **8.1.** O **CONTRATANTE** designa como fiscalizador do presente contrato a responsável pela Emater, a Sra. Veridiane Ribeiro Coelho, portadora do CPF nº 019.\*\*\*.\*\*\*-55.
- **8.2.** Dentre as responsabilidades do fiscal, está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas.
- **8.3.** Fica designado como Gestor do presente contrato, o Secretário Municipal da Agricultura, Guilherme Augusto Wilborn, portador do CPF nº 021.\*\*\*.\*\*\*-98, a quem caberá as funções definidas no Decreto Municipal n° 010 de 14/02/2024.

# CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **9.1.** São obrigações do **CONTRATANTE**:
- **9.2.** Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.
- **9.3.** Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.
- **9.4.** Determinar as providências necessárias quando a prestação dos serviços do objeto do presente contrato, observar o regramento pactuado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. São obrigações da CONTRATADA:
- **10.2.** Prestar os serviços de acordo com as especificações, quantidade e prazos pactuados, bem como nos termos da sua proposta, em conformidade com o que consta no Termo de Referência.
- **10.3.** Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para o fornecimento do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
- **10.4.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Pregão Eletrônico nº 002/2024.

Página **26** de **31** 



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- **10.5.** Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários para o fornecimento do objeto contratado.
- **10.6.** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando a entrega do objeto contratado.
- **10.7.** Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

- 11.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
- **11.1.1.** Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **11.1.2.** Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
- **11.1.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
- **11.1.3.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 11.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.
- 11.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- **11.1.3.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- **11.1.3.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- **11.1.3.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Página **27** de **31** 



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- **11.1.4.** Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
- **11.1.4.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- 11.1.4.2. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **11.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- **11.2.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- **11.2.2.** As peculiaridades do caso concreto.
- 11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 11.2.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
- 11.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.
- **11.4.** A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

- **12.1.** As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.
- **12.2.** A extinção do contrato poderá ser:
- **12.2.1.** Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- **12.2.2.** Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

Página 28 de 31



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- **13.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- **13.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- **13.5** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- **13.6** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- **13.7** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- **13.8** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Página **29** de **31** 



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

- **13.10** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- **13.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- **13.12** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO:

**14.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e na sua imprensa oficial.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Taquara/RS, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato. Estando justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Riozinho, ..... de ...... de 2024.

ALCEU MARCOS PRETTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

**CONTRATADA** 

Guilherme Augusto Wilborn
GESTOR DO CONTRATO

**10 ABRIL DE 1988** 

Veridiane Ribeiro Coelho FISCAL DO CONTRATO

Página 30 de 31



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo nº 495/2024 Pregão Eletrônico nº 002/2024

# Anexo IV MODELO PROPOSTA FINANCEIRA

**OBJETO:** Aquisição de insumos para recuperação do solo, referente ao convênio FPE nº 3730/2023.

PROPONENTE:	
Endereço:	Cidade:
CNPJ:	
Telefone:	E-mail:
Responsável pela assinatura do contrato (com CPF):	
40-0	0202
DADOS BANCÁRIOS:	
Banco:	
Agência:	

# **DESCRIÇÃO E VALORES:**

Conta:

Item	Quant.	Descrição do Serviço	Valores	Valor total
			Unitários	
1	53 Horas	Contratação de prestação de serviços de hora máquina, escavadeira hidráulica, sobre esteiras, com mínimo 12t e operador.	R\$	R\$
	1000		7	Total: R\$

# Valor total da Proposta:

# **DA VALIDADE DA PROPOSTA:**

60 (Sessenta) dias.

# Validade dos produtos:

Data....

Responsável pela Proposta

Página **31** de **31** 



#### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS